

Dossiê Escritos decoloniais: conhecimento em curso

Entre gêneros: a literatura de Conceição Evaristo e dos direitos humanos sob olhares descoloniais

*Semirames Khattar*¹

*Elaine Santos*²

*Sofia Travancas*³

*Ana Hortência Egito*⁴

O presente artigo pretende analisar a interface entre direitos humanos e a categoria de escrevivência com os personagens de Conceição Evaristo no livro *Olhos d'água* a fim de compreender as formas pelas quais a descolonização do poder/saber/ser está inscrita no fazer e atuar humano das mulheres periféricas brasileiras. A literatura proposta retrata a insubmissão sistemática às estruturas hegemônicas que acorrentam corpos e almas de homens e mulheres. A partir dos saberes diaspóricos, as vidas e existências “escrevidas” por Conceição nos desloca para outros lugares fronteiriços, convocando-nos a construir novas epistemologias e deslocando o Direito de um *locus* hegemônico para a refundação de novos lugares.

Palavras-chave: decolonialidade, gênero, direitos humanos, literatura, Conceição Evaristo

¹ Professore de Direito na Universidade Federal de Tocantins. Doutorande de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Direito público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestre em sociologia pelo IUPERJ. Email: sk.cissa@gmail.com

² Advogada e Professora. Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Público e Privado pela EMERJ. Especialista em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Email: nanivitorino@gmail.com

³ Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: sofiatravancasvieira@gmail.com

⁴ Graduação em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec Rio de Janeiro (2015). Mestranda em Teorias Jurídicas Contemporâneas na Pós-graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 2020). Especialização em Fundamentos Críticos dos Direitos Humanos pela Universidad Pablo de Olavide de Seville, Espanha (2018). Professora na Formação Faculdade Integrada - FFI, Campus São Luís e Buritirana, Maranhão. Oficial de Projetos no Instituto Formação, Maranhão. Articuladora de Política e Cooperação Internacional no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP, Rio de Janeiro. Membro da Academy of African Indigenous Religions Theology & Arts de Lagos, Nigéria. Email: anahortenciaegito@gmail.com

Between Genders: Conceição Evaristo's and Human Rights Literature from a Decolonial Perspective aims to dialogue with the characters by Conceição Evaristo in the book *Olhos d'água*, in order to understand the ways in which the decolonization of power/ knowledge/ being is inscribed in the human doing and acting of Brazilian ghetto women. The literature proposed portrays the systemic subversion to the hegemonic structures that chain the bodies and souls of men and women. Therefore, based on diasporic knowledge, the lives and existences created by Conceição Evaristo move us to other frontier lands, calling us to build new epistemologies and shifting the Law from a hegemonic locus to the refoundation of new places.

Keywords: decoloniality, gender, human rights, literature, Conceição Evaristo

Introdução

Este artigo buscará analisar a partir de quatro contos do livro *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, publicado em 2014. O livro contém 15 contos acerca de temas como violências, existência, políticas de morte, resistência, pobreza, maternidade, representações e identidades. Os contos são conduzidos pela luta contra a despersonalização provocada pelo racismo e sexismo estruturada pela denúncia da falácia da “democracia racial” no chamado “racismo à brasileira” (GONZALEZ, 1983).

Será utilizada como método a teoria crítica dos direitos humanos para além dos instrumentos legais pela análise das narrativas e categorias de testemunho coletivo, pela dor coletiva, traumas provocados pelo racismo estrutural brasileiro. Buscou-se aproximar a relação entre as sujeições estruturais de gênero e raciais e os modos de vulnerabilidade e resistência encontradas nas personagens deste livro.

O objetivo é compreender os meios e os modos de descolonização do poder/ser/saber na realidade brasileira inscritos nas ações e reações das mulheres apresentadas na obra de ficção e a sua relação com a epistemologia crítica de direitos humanos. Portanto, foram relacionados os modos como as personagens dos contos de Conceição rompem com a narrativa jurídica centrada em categorias como “vítima” nas quais reduzem a agência e desumanizam mulheres, em especial, aqui, negras, reproduzindo o racismo estrutural e institucional pela naturalização deste padrão (ALMEIDA, 2019).

A produção metodológica decolonial: a escrevivência

A metodologia usada é produzida pela própria Conceição Evaristo: a denominada escrevivência. Esse é o conjunto analítico sobre as dinâmicas das narrativas dessas mulheres, em especial negras. Relaciona-se como um fenômeno diaspórico universal uma prática literária de autoria negra, feminina e pobre vinculada intrinsecamente à existência, o “mundo-vida”, não reduzida à abstração.

Deriva de um ato de rompimento da imagem de passividade, pelos gestos de escrita, em que o “agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, sua reflexão somente como um exercício isolado, mas atravessado por uma coletividade” (EVARISTO, 2020, p. 38).

Com isso, podemos nos deslocar e perceber que essa categoria provoca a saída crítica do individualismo e da racionalidade instrumental jurídica, produto de um pensamento eurocêntrico, estabelecendo uma síntese epistêmica das teorias críticas do direito que associam tal como proposto Conceição Evaristo, o “atravessamento pela coletividade” e a possibilidade emancipatória que advém deste processo de luta social.

O processo de escrevivência de Evaristo faz, dessa forma, uma leitura decolonial, por meio das cosmologias que informam os corpos e se inscrevem na experiência e nas subjetividades das mulheres negras. Em suas palavras, dialogando sobre os distanciamentos e contrastes da sua escrita com a de Clarice Lispector, Conceição diz que

escreve para se autoinscrever no mundo, e não para dominá-lo, com a compreensão que as letras não seriam só suas, mas de um coletivo.

A escritora aponta que: “a escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado de coisas. É uma escrita que, tem sim, a observação e absorção da vida, da existência” (EVARISTO, 2020, p. 34). Diferencia-se, pois, se propõe a refletir sobre a escrita de si, narcísico, do eu ou da autoficção, pois a escrevivência “extrapola o campo de uma escrita que gira em torno de um sujeito individualizado” (EVARISTO, 2020, p. 38).

Tendo em vista que o âmbito do conhecimento do direito é lido e pensado socialmente de forma dogmática, binária e formalista na qual o jurista é aquele que domina as normas e a jurisprudência apartado das realidades sociais que o atravessam e o circunscrevem, buscamos nos deslocar deste *locus* hegemônico do Direito, reencontrando-o na dor e para além desta; pois não se reduz as existências dos grupos vulnerabilizados exclusivamente ao sofrimento. A escrevivência evaristiana é afro-generificada e quilombista pela explicitação das “vozes-mulheres” como lugar de pertencimento a construir a representação e encena também o contra-ataque do que se chama socialmente de vítima, a clamar por seu reconhecimento enquanto individualidade e caráter (BORGES, 2020).

A interdisciplinaridade abordada no texto “Gênero e Etnicidade: conhecimentos de urgência em tempos de barbárie”, de autoria de Mary Garcia Castro (2018), põe em evidência a não adequação de perspectivas dualistas entre grandes narrativas ou micropolíticas, pois podem reduzir a complexidade do pensamento e sua potencialidade crítica sobre a relação entre a *doxa* e a realidade social (CASTRO, 2018, p. 91)⁵.

A literatura serve, nesse contexto, como um grito contra as atrocidades e os apagamentos históricos dos povos subalternizados. É uma verdade ficcionada ou uma ficção real, em que há, pelas lentes descoloniais, implosão da necessidade de dicotomia entre as duas esferas. Isso porque não há uma verdadeira oposição já que o texto é situado, contextualizado a partir do nosso cotidiano, elaborado e importado para a pele, para o corpo que se move na luta social contra injustiças raciais e de gênero.

Essa implosão de antagonismos é fundamental e está no entorno das perspectivas descoloniais e das críticas à reprodução social e à divisão sexual do trabalho. Com essa epistemologia, torna-se possível realizar uma leitura desestabilizadora do papel da mulher na sociedade latino-americana. Essa desestabilização nos penetra e convoca a perceber as distintas formas de resistência a esses processos de assujeitamento de corpos não hegemônicos.

⁵ (...) epistemologia que, priorizando problemas sociais, existenciais, ecológicos e políticos, focalize debates pautados pela alteridade, ou seja, exposições ao outro, a outra, não somente de disciplinas diferentes, mas de cosmovisões, lugares político-ideológicos diferenciados, pelo exercício da dialética discursiva, o enfrentamento dialógico de ideias e o questionamento da hierarquia burocrática que divide papéis entre alunos e professores, não por conhecimento ou criatividade, mas pelo posto formal institucional e estimula competitividades, isolamentos e o não exercício da solidariedade entre pesquisadores, principal motor de um trabalho intelectual prazeroso (CASTRO, 2018, p. 88).

Conceição Evaristo é plural e crítica de sua obra também. Essa pluralidade é derivada da sujeita coletiva na qual se inscreve entre personagens criadas, trajetória de militância e acadêmica⁶. Os contos selecionados possuem eixos comuns de análise pela identificação da construção narrativa de Conceição Evaristo ao não reduzir os corpos das mulheres negras aos seus traumas ou violências sofridas, o que confere uma dimensão de humanização frente aos olhares da supremacia branca, em especial nos meios acadêmicos.

As personagens apresentadas por Conceição Evaristo em *Olhos d'água* representam a complexidade da mulher situada na periferia, em distintas dimensões de subalternização (doméstica, laboral, nas ruas) e nos convoca a refletir e revisitar a vida de mulheres fraturadas, subjugadas e silenciadas. O que costura as reflexões feitas por Evaristo é a insubmissão ao regime colonial. Ou seja, como veremos, ela expõe a força e subversão das mulheres às estruturas de dominação para reafirmar suas reexistências.

Tal narrativa poética cria e reinventa mundos não binários. Podemos ilustrar tal afirmação com o fragmento escrito por Conceição: “o olho que chora e que procura a solução, sujeitos de povos que tiveram sua história atravessada pela dor”. Esse corpo gere, quando há o acolhimento pelo corpo, pelo gesto, abraça a complexidade da vida”. A escrita de Conceição é uma reação ao desejo de aniquilar o corpo negro, produto do colonialismo branco, derivado do processo de escravização pelo não reconhecimento dos negros como sujeitos negando suas fragilidades, dúvidas existenciais, pois a ideia associativa de fortaleza associada no imaginário social reproduz a sua animalização, considerado uma violação sistemática a sua dignidade, ou seja, uma forma de racismo.

Desigualdades e os gêneros racializados: a descolonização como processo de humanização nos contos do livro *Olhos d'água*

Neste momento, o artigo irá estabelecer relações possíveis com as epistemologias plurais sobre gênero e sua potencialidade emancipatória contra violências, desigualdades sociais e discriminações de várias ordens (raciais, de gênero e de classe), em especial nas periferias brasileiras.

O *'gozo-pranto'* e o *enfrentamento do monopólio jurídico do uso da força pelo Estado* “Ana Davenga”, título do primeiro conto selecionado, já havia sido publicado anteriormente na obra *Cadernos negros*, em 1995. O primeiro conto “Ana Davenga” foi selecionado pelo impacto imediato causado pela escrita “nua e crua” de Conceição, que, de forma direta e fluida, consegue nos envolver na história cotidiana e de afetos do casal Ana e, logo depois, nos faz sentir o vazio por suas vidas interrompidas de maneira tão abrupta. Esse conto nos apresenta a forma como o Estado detentor do legítimo uso da violência se faz presente no dia a dia dos territórios mais marginalizados das cidades do Brasil.

⁶ Conceição Evaristo é doutora em literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2015, conquistou o prêmio Jabuti com sua obra *Olhos d'água*. Em 2018, foi indicada para entrar na canônica Academia Brasileira de Letras (ABL); no entanto, não foi eleita.

A narrativa, que é feita em terceira pessoa, se inicia com sonoridade, a riqueza cultural dos quilombos urbanos brasileiros, a partir das batidas na porta do barraco de Ana Davenga como um “prenúncio de samba ou de macumba” (EVARISTO, 2016, p.21). Ana aguarda aflita a chegada de seu companheiro, Davenga, no lugar onde moram. Homens e mulheres, amigos do casal, se aproximam de Ana, que está preocupada com Davenga, pois tinha assumido os riscos de ser “mulher de bandido” (EVARISTO, 2016, p. 26), e aguardam o momento certo para iniciarem uma espécie de comemoração. A narrativa apresentada de forma fluida faz com que o leitor sinta que quem conta a história está inserido dentro do barraco de Ana e Davenga e de suas trajetórias. É uma marca a aproximação da linguagem com as oralidades neste conto de Conceição.

Davenga aparece como um jovem corajoso e cheio de energia. Ao mesmo tempo em que é procurado pela polícia e temido, também é respeitado pela comunidade onde mora. Tal personagem é apresentado de forma complexa: apesar de ser destemido, tem medo da morte e de ir parar na prisão. Em diversas passagens ao longo do conto, é possível perceber que Davenga é um homem consciente de sua realidade e condição, como o momento em que é narrado o assalto ao deputado ou como o dia em que ele conheceu Ana.

A figura de Ana é descrita como sendo a de uma bailarina aos olhos do futuro companheiro, quando Davenga a vê pela primeira vez dançando em uma roda de samba, de forma graciosa, sensual e bela. Ana também era desejada pelos amigos de Davenga. No entanto, o temor e o respeito que ele tem na sua comunidade afastam qualquer outro homem. Os toques do início anunciam a festa de aniversário que Ana recebe de presente. Além de ficar surpresa, ela também fica emocionada, pois é a primeira festa de aniversário que recebe ao longo de todos os seus 27 anos.

Ao longo da narrativa, é recuperada a memória de uma terceira personagem, que também se relacionou com Davenga no passado. Ele decide contar para Ana sobre esse relacionamento quando conta a ela dos seus amores de seu passado. A personagem é filha de pastor. Ela conheceu Davenga no presídio, onde ele havia ido visitar um amigo, e ela foi levar palavras religiosas aos presidiários.

Maria, apesar de ser filha de pastor e se vestir como uma mulher religiosa, é extremamente sexualizada e dotada de uma consciência corporal distinta. Isso chama atenção de Davenga. Eles, ao saírem do presídio, se aproximam e dialogam por iniciativa dela e marcam um encontro. Maria inicia uma conversa, num ato de insinuação para com Davenga. Apesar da religiosidade, possuía desejos, como o de possuir Davenga como homem.

Maria é quem dá o sinal, é ela quem deseja, quem determina como e quando os encontros vão acontecer. Davenga, ao perceber seu gosto pela Maria Agonia, decide então convidá-la para morar com ele. A resposta dela o enfurece já que ela diz que não poderia assumi-lo, pois queria estar com ele, mas não como seu companheiro – como uma filha de pastor iria assumir um relacionamento com um bandido? Aqui, temos uma quebra de expectativas, tanto daquilo que poderia se esperar de uma personagem religiosa como

Maria, como também da própria construção de uma relação afetiva como aquela, entre uma crente e o temido chefe do morro. O que seria esperado, pelo que sabemos de Davenga, é que fosse dele o papel de tomar a iniciativa (como aconteceu no caso de Ana). Ao contrário do previsível, o bandido mais procurado do morro, que tem medo de prisão e de polícia, relata, no entanto, que “é preciso coragem para chegar a uma mulher” (EVARISTO, 2016, p. 25).

Inconformado com a rejeição de Maria, com a circunstância de ter se tornado um objeto sexual de seus desejos, Davenga manda matar a mulher. A rejeição não era esperada por Davenga, pois sua posição social de poder e o perfil temido que tinha como chefe do morro o fazia pensar que Maria Agonia queria estar com ele e assumir um relacionamento. A frustração da subversão de gênero o impulsionou a encomendar a morte da moça: “Filha de pastor aparece nua e toda perfurada de balas. Tinha ao lado do corpo uma Bíblia. A moça cultivava o hábito de visitar os presídios para levar a palavra de Deus” (EVARISTO, 2016, p. 28).

O personagem Davenga está envolto à dualidade de sua sensibilidade pessoal e afetiva e, ao mesmo tempo, de ter o peso de comandar o morro, na condição de traficante e assaltante. Na trajetória do conto, ele se transforma em diferentes estágios, transitando da comicidade à brutalidade de um mandante de assassinato. A sensibilidade de Davenga é ainda mais a florada quando está junto a Ana: além dos cuidados que a oferece, eles têm muita intimidade. É justamente ali, onde os amantes estão conectados um ao outro, que ele, em um ato de sensibilidade, se derrama em pranto. O “gozo-pranto”, como relatado no conto, ressalta a complexidade do caráter de Davenga, só compreendido por Ana, sua mulher.

O conto se encerra em um momento de prazer entre Ana e Davenga, já passada a comemoração do aniversário, sozinhos em seu quarto, em uma troca íntima de amor. Nus na cama, um corpo sobre o outro, Ana pensa no filho que carrega em seu ventre, grávida, se preocupa com o destino da criança: “Será o mesmo do pai?”. De repente, policiais invadem o barraco, em voz de comando rendem Ana, que fica imóvel na cama, e Davenga, que reage à procura de sua arma, escondida por baixo de suas roupas. No menor sinal de movimento, os policiais abriram fogo e mataram Ana e Davenga.

Um final trágico, mas que descreve a forma como as abordagens policiais violentas são feitas nos territórios mais marginalizados no Brasil. É a necropolítica: os que devem viver e os que devem morrer são selecionados segundo grupos biológicos, apresentando o racismo como sua máxima expressão. Esta ideia é apresentada na obra de Achille Mbembe (2018), em que o autor constata que existe uma constatação completa de guerra, que se dá através por meio da fusão entre um estado racista e assassino. A vida do outro – geralmente animalizado, historicamente destituído de humanidade – passa a encarnar o inimigo ficcional, gerando violência e morte como mecanismos de segurança, eliminando de forma impessoal esse que seria um atentado à existência dos demais. Ao perceber a dimensão cotidiana não dimensionada na mídia, Conceição, com a textualidade imbricada com a oralidade, aproxima os corpos que são marcados por esta violência estatal. Ela

evidencia essa afirmação a partir do pressuposto que esta categoria analítica de escrevivência seria uma força motriz, resgatada pela vivência e a imagem da negação da voz das mulheres negras, bem como de sua escrita para um deslocamento sobre o processo de vivência de luta por pertencimento aos signos linguísticos, sem desconsiderar a celebração da ancestralidade africana, dimensionada pelo valor da oralidade.

Entre o presente e o passado colonial: a vulnerabilidade como condição de resistência

Seguindo o eixo condutor da análise, passamos para o próximo conto selecionado, intitulado “Marias”, para novamente perceber como Conceição costura a experiência e a memória, as quais se cruzam com as corporeidades femininas inscritas nos caminhos e fluxos da diáspora. O conto seguinte, “Marias”, teve parte de sua escolha baseada na experiência laboral escolar de uma das autoras.

Como professora, esta observa as diversas Marias (sendo este o nome delas ou não) que passaram por sua vida e a marcaram de diversas formas. Em sua atividade docente, Maria é Claudia. Claudia foi assassinada durante uma operação policial. Os policiais colocaram-na ferida no “camburão”, só que o corpo mole e flácido de Cláudia cai e é arrastado por quilômetros. O corpo de Cláudia é Maria, no qual sua existência e corporeidade são destituídos de humanidade numa historicidade fluida e perversa, em que determinados corpos são descartáveis.

É a partir desse pressuposto, de recusa da herança patriarcal e racista, que o trabalho intitulado “Gênero e Etnicidade: conhecimentos de urgência em tempos de barbárie” de Mary Garcia Castro (2018) reflete como o conjunto analítico dos sujeitos diaspóricos se presentifica na relação entre imaginação, resistência, memória e ancestralidade para o estabelecimento de um meio pedagógico de formação de sujeitas e sujeitos emancipados.

As cosmologias ou cosmovisões atravessam as diversas performances e subjetividades, a partir do *encruzamento* de experiências e vivências outras, manifestando outras formas de organização social constituídas a partir da fronteira e suas articulações. Aqui, a possibilidade da multiplicidade de vozes aparece e irrompe o silenciamento estrutural, pela encarnação do gozo no limiar entre a vida e morte, desestabilizando a imagem de dor e mobilizando a vulnerabilidade como condição de resistência.

Assim, o conto insere-se na leitura das cosmologias que o inscrevem, ou seja, a partir das narrativas de força e luta das mulheres negras periféricas. Então, o conto representa a tensão entre a opressão e a *reexistência*, pois Maria, até no momento de sua morte, não deixa de afirmar sua humanidade. Apesar da dor, das violências e das estruturas de poder a que o corpo de Maria está subjugado, o conto define o feminino a partir da luta e da subversão criativa.

Nesse sentido, os corpos imaginados na realidade por Evaristo não são retratados numa posição passiva e de sujeição à precariedade e aos processos de violência; pelo

contrário, os personagens são retratados a partir das formas como conseguem (re)existir a esse processo de precarização e violência. No conto, Evaristo inicia alertando os espaços circunscritos a Maria:

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos (EVARISTO, 2015, p. 39).

Nesse trecho, Conceição anuncia os lugares impostos a Maria: empregada doméstica e pobre. Percebe-se que Maria é um sujeito coletivo, é uma reunião de experiências, de um cotidiano atravessado pelo cansaço coletivo e pelas horas de trabalho e da rotina de esperar pelo transporte público. Já de início, podemos verificar as marcas de violência trazidas pelo corpo de Maria em razão das condições impostas pelo próprio sistema moderno/colonial e do capitalismo, que “expropria vidas e mercantiliza sonhos”, como diz Conceição.

Conceição expõe as marcas do passado colonial e escravocrata que não teve fim: “A palma de uma de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca a laser corta até a vida” (EVARISTO, 2015, p.40). Nesse contexto, Maria está marcada pelas chagas da escravidão, do colonialismo e da colonialidade, ou seja, sua vida é cortada pela colonialidade do poder, do ser, do saber e de gênero.

No que tange à colonialidade de gênero, Lugones alerta que “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (LUGONES, 2014, p. 939). O conceito de colonialidade do poder traz a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSGUÉL, 2008, p.123).

Nesse sentido, Maria Lugones buscou analisar a indiferença produzida pela colonialidade do poder, sua correlação com as violências estabelecidas pela forma de separação categorial entre raça/classe/sexualidade/gênero das perspectivas epistêmicas de Aníbal Quijano, o qual entende que o poder está relacionado com relações de dominação, no âmbito sexual, trabalho, autoridade, e subjetividade/intersubjetividade, mas que exclui as mulheres da própria disputa por recursos.

E fazendo isso, os vínculos de solidariedade e a prática entre as vítimas de dominação que constituem a colonialidade, bem como a lealdade para com esse sistema de gênero (LUGONES, 2008, p. 77), retiram a possibilidade de tornar visível a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica. (LUGONES, 2008, p. 79).⁷

⁷ A redução ao gênero, ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos é uma questão ideológica, apresentada como biológica; é parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para

Evaristo representa as implicações da colonialidade de gênero inscritos no corpo de Maria, de forma a verificar a perversidade desta nos corpos femininos.

Na expressão “*faça a laser corta até a vida*”, podemos perceber a metáfora acerca das formas modernas de açoite construídas pelo sistema moderno/colonial (divisão desigual do trabalho, opressão, violência etc.) e como os mecanismos de poder hegemônico operam sobre o corpo feminino negro, subalternizando-o. Isto é, a ferida na mão representa a ferida aberta pelo racismo que determina os espaços, estigmatiza e desumaniza os indivíduos negros.

Como já exposto, reafirmamos que, no decorrer desta obra, Evaristo denuncia os medos advindos dos estigmas, do racismo e do sexismo. Ela retrata o medo de Maria, não do assalto, mas o medo da vida, do peso que a vida assume para o corpo negro (EVARISTO, 2016, p. 41). Contudo, apesar do medo, Maria resiste aos processos de desqualificação da sua corporeidade, negando a desumanização imposta pelos gritos racistas e discurso de ódio promovidos por alguns ocupantes do ônibus (EVARISTO, 2016, p. 41).

Os sentidos da maternidade e os símbolos de resistência das mulheres negras

Adentrando no terceiro conto selecionado, “Quantos filhos Natalina teve?” (EVARISTO, 2016, p. 43), trataremos da categoria social de maternidade, do estupro e da posição de vítima de violência. Conceição transforma o corpo e a sexualidade da protagonista no ponto principal da narrativa na medida em que explora o tema da maternidade, relacionando-a à violência física contra a mulher e à idealização romântica da própria maternidade.

O terceiro conto foi selecionado a partir do impacto e sentimento que o mesmo gerou. O conto “Quantos filhos Natalina teve?” quebra as expectativas a respeito da reação da violência contra a mulher e a maternidade. Um dos grandes medos das mulheres é ser estuprada, passar por esse tipo de violação, e ainda ficar grávida. Não à toa o estupro pode ser considerado uma forma de tortura, dependendo das circunstâncias e de quem o comete. Cabe ressaltar que o estupro é um dos poucos motivos previsto no Código Penal brasileiro para que se consiga legalmente o direito de abortar. No entanto, Natalina passa por essa violação, e é a partir dela que a personagem deseja a maternidade. Evaristo consegue tirar a mulher do lugar de frágil e dar força a ela a partir do estupro.

Natalina teve quatro gestações. Em sua primeira gravidez, pensou na prática do aborto e tentou procedimentos menos invasivos, como os chás ingeridos, e rejeitou ir à Sá Praxedes, parteira, pelo receio do que seria feito. Com isso, a personagem foge de casa e doa o filho para uma enfermeira. O ato de doar a criança fez com que a protagonista pudesse sentir alívio ao sair do hospital. Nesse momento, ela compreende o que é colocar

européus/europeias, brancos/as e para os colonizados não brancos. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero - ambas são ficções poderosas (LUGONES, 2008, p. 93).

uma criança no mundo, suas obrigações e dificuldades, e é posta a perceber os desafios da prática do aborto.

Na segunda, Natalina surpreendeu Tonho, seu namorado, pois não queria criar uma família, nem ficar presa a ninguém, muito menos a um filho. Por isso, quando o filho nasceu ele foi dado integralmente ao pai. Tonho não conseguiu entender esse comportamento, tendo em vista que considerava ser impossível uma mulher recusar o casamento, criar os filhos e formar uma família. Percebe-se que, nos dois casos, a personagem gostava dos companheiros, mas efetuou um deslocamento ao se permitir não exercer o papel socialmente construído da maternidade após dar à luz. Esperava-se que a personagem formasse uma família, tendo em vista a sociedade machista e patriarcal, em que se imagina que o único sonho da mulher é ser mãe e formar uma família. Esta é, mais uma vez, a redução ou a anulação do desejo da mulher, vista como um útero com função social.

Na terceira gestação, Natalina se mostra diferente das anteriores, apesar de a personagem continuar sem querer exercer a maternidade. Nesse caso, a gravidez foi desejada pelos patrões. O casal queria ter um filho, mas a mulher não conseguia engravidar. Assim, sugerem que o homem engravide Natalina e que esse filho seja dado para o casal criar. A personagem aceitou a proposta e durante toda a gestação não sentiu qualquer afeto pelo bebê. Nessa gestão, derivada do aceite de uma proposta violenta, em que o poder e o dinheiro falam mais alto, percebe-se os conflitos de classe entre mulheres brancas e negras.

Apenas na quarta gestação Natalina desejou a maternidade. Essa gestação foi o resultado de um estupro no qual ela conseguiu reagir e matar o violador, o qual ela sequer viu o rosto. Ou seja, essa gravidez não representava nenhum vínculo com ninguém – o filho era só dela. Natalina guardou tudo para ela, não só o ódio, a vergonha e a dor de ser violentada, mas guardou também a coragem da vingança e da defesa e, principalmente, a própria vida e a de seu filho. Na quarta gravidez, quando chegou o momento em que se esperava que, mais uma vez, Natalina não quisesse o filho, por motivos que inicialmente parecem óbvios, ela mudou: a personagem desejou a criança. É justamente por não saber quem é o pai e por se sentir livre e aliviada que a personagem escolhe ser mãe. Essa gestação torna-se o símbolo da libertação da personagem.

A partir da leitura do texto da Mary Castro, “Família, modos de usar e abusar. Maternidade e Deslocamentos ou Ensaçando Indisciplinas, a partir de Mães de ‘Bandidos’” (2016), junto com o conto de Evaristo, podemos compreender e defender a concepção de que a maternidade é uma construção social que tem como base a cultura, a história e a classe social. Ou seja, mães pobres, chefes de família são mais vulneráveis, tendo em vista que, na maioria das vezes, são as únicas cuidadoras e educadoras dos filhos e, por isso, sofrem maiores injustiças sociais, dependem mais de ações do Estado.

Castro afirma ainda que, para que essas mães se sintam sujeitas, elas recorrem à maternidade. Quando isso ocorre, algumas mulheres se apegam aos filhos para conseguirem escapar do patriarcalismo, da violência doméstica; no entanto, muitas

acabam caindo no patriarcado presente na Igreja e no patrão (CASTRO, 2016). Cabe ressaltar que a mulher e, principalmente, a mulher mãe, em geral, é retratada nos livros, nas histórias como uma vítima passiva. Podemos perceber que no conto de Evaristo há a construção de uma quebra de expectativas com relação à maternidade e, portanto, descoloniza a narrativa quanto a experiência da mulher, não tratando com homogeneidade, mas com a pluralidade das trajetórias, motivos e singularidade de cada uma. Natalina, por não agir da forma esperada e aceita pela sociedade, desestabiliza as noções relativas a aspectos deterministas e biológicos do corpo da mulher, reduzindo a sua vivência à natureza.

Durante sua vida, a personagem desvencilha-se das armadilhas contidas nas noções culturais dominantes e viola os limites da passividade e da dependência feminina. Evaristo foge da generalização, do sexismo, da ideia de mulher frágil. A autora não coloca a personagem no papel de vítima passiva, como seria esperado. Relacionando com a categoria de escrevivência abordada neste artigo, essa é uma ação que pretende desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz das mulheres negras, escravizadas, tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas (EVARISTO, 2020, p. 30).

O “sentido gerador, como uma cadeia de sentidos (..) onde a imagem fundante do termo é a figura da mãe preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa grande, onde o estado de obediência era contar histórias de cantar ou ninar os futuros senhores” (EVARISTO, 2020, p. 30). É um estado de desobediência quando da descrição do momento em que a Natalina reage ao estupro, ao violador e à sociedade, a partir do momento em que deseja ser mãe apenas do filho gerado pela violência.

Podemos fazer breves considerações sobre o impacto que o estupro e a violação contra a mulher gera por si só. Apesar da prática do aborto ser permitida em casos de estupro, como exposição da regulação penal sobre o tema, pensar que a partir dessa violência Natalina reage e torna-se livre é extremamente simbólico. O estupro é um ato e uma violência que tem como base a dominação do homem sobre a mulher. A cultura do estupro, tendo como alicerce o silenciamento e a relativização da violência contra a mulher, continua extremamente presente na realidade brasileira.

A ‘*coragemedo*’: a implosão da binaridade colonial e o risco como categoria de ação política.

No quarto conto selecionado, com título “A gente combinamos de não morrer”, os personagens centrais são o Dorvi, seu irmão Neo, Bica, companheira de Dorvi, irmã de Idago, e filha de Dona Esterlina. Eles estão situados em um território periférico onde há uma evidente relação com o tráfico e as disputas inerentes a esse espaço, como está presente na frase inicial: “a morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos” (EVARISTO, 2016, p.99). O conto atravessa o lugar de fronteira, ou seja, de violência cotidiana nas periferias da cidade, e a articulação de pactos de vida. Como estar de pé, continuar a luta contra opressões estatais, operações ilegais, invasões e tratamento cruel

em um território em disputa entre Estado, milícias, traficantes, numa economia política do crime na qual se normalizou a perda de inúmeras vidas.

No desenvolvimento do conto, os ruídos de tiros acompanham a trama que mistura as ambiguidades do pacto pela vida em uma abertura poética no meio da brutalidade, pois se percebe o além das sujeições sociais vivenciadas no corpo. “Balas cortam e recortam o corpo da noite. Mais um corpo tombou. Penso em Dorvi. Apalpo o meu. Peito, barriga, pernas... Estou de pé. Meu neném dorme. Ainda me resto e arrasto aquilo que sou” (EVARISTO, 2016, p.101).

As conversas entre os personagens lidam com a insegurança e os meios de lidar com estes, a partir de uma leitura descolonial na qual desloca o medo da sua condição passiva. Isso porque os corpos amedrontados, em geral lidos como silenciados pela teoria hegemônica, retiram a condição de fala, ou seja, a comunicação entre os corpos subalternizados, fraturados são vistos somente a partir de seu silêncio. Dentro desse momento, podemos refletir justamente sobre a diferença sobre as condições de fala do subalternizado, pergunta extraída das teorias pós-coloniais, como de Spivak (2010). Rita Segato⁸ dialoga com uma crítica a essa autora, apontando que não foi percebido a intersubjetividade e os diálogos entre os corpos assujeitados. Portanto, a língua subalternizada não é totalmente silenciada, pois a interdependência de quem está em posição de vulnerável se revela possível e, por isso, ainda devemos escutar os pactos orais inscritos nos espaços subalternizados, como pedagogia descolonial.

Na racionalidade moderna que congela as imagens de corpos subalternizados ora ao silêncio, ora a agressividade, o medo é lido geralmente de forma reduzida como uma marca das inseguranças. No conto, diante as cruzadas de balas, esse medo aparece de uma forma associada à possibilidade de percepção da vulnerabilidade (vida sem garantias jurídicas ou sociais) e, por isso, quando se assume os riscos, se permite senti-los para transformá-los em outra coisa. “É como se o medo fosse uma coragem ao contrário” (EVARISTO, 2016, p. 100). Importante visualizar que com a possibilidade iminente da morte, com a afirmação dos riscos, há a possibilidade de elaboração de pactos cotidianos, uma interdependência entre os personagens.

Como narra Conceição neste jogo com as palavras: “Medo, coragem, medo, *coragemedo*, *coragemedo* de dor e pânico” (EVARISTO, 106, p.100), há uma mistura entre ambos, e não são exatamente opostos. Mais uma vez, podemos pontuar que não há binaridade ou dicotomização das categorias produzidas pela modernidade. Elas são superadas a partir da sua habilidade de narração para ampliar a complexidade e ir contra os maniqueísmos possíveis inscritos na ideia de luta entre o bem e mal.

Conceição aponta que busca construir personagens a partir de um local de exclusão que revela uma identificação e no qual é relacionada especificamente a sua humanidade, vistas por ela como a pertença de cada sujeito, em suas palavras: “a potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa”. (...) Personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida, que eu experimento, que nós experimentamos em nosso lugar

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SdYN0yx5Q2Y> . Acesso em: 28/04/2021.

ou vivendo con(fundindo) com outra pessoa ou com o coletivo, originalmente de nossa pertença” (EVARISTO, 2020, p. 31).

Logo, percebemos que a coragem aparece como uma dimensão da afirmação da vulnerabilidade, em que o medo é dinâmico e não é exatamente passivo, mas faz parte do processo de subjetividade em que percebe as disputas existentes na realidade, como um mecanismo de defesa e também como uma produção de consciências sobre as formas de aniquilação presentes no cotidiano. Essa dimensão é uma afirmação da precariedade que é visualizada no senso comum, apenas como uma versão da subordinação ou dos bloqueios de poder de um grupo lido como periférico.⁹

No conto, percebe-se que essa premissa nos vende os olhos para perceber o exercício de poder, ação e reação na produção de subjetividade dos personagens que aparecem e são narrados com diversas formas e práticas de fissuras.

Podemos ilustrar tal afirmação a partir de algumas marcações-imagens na narrativa do conto. No momento em que há “saraivadas de balas”, Dona Esterlina se direciona para mudar o canal da televisão. O que poderia ser um espanto ver a naturalização dos ruídos dos tiros de balas, é perceptível que Conceição marca que essa se posiciona de modo a ter seus desejos, ao menos de mudança do botão de controle remoto da televisão, já que mudar o *script* de fora é algo que está fora de seu alcance. Entorpecer-se com as novelas faz parte dos seus mecanismos de defesa, e de manutenção de sua vida, já que percebe que sua condição social não se modifica com campanhas “contra ou a favor”.

Em outro momento de fissura, a imagem de busca do fundo do mar e a associação entre o gozo, morte, vida e amar como descrito na passagem: “É lá no mar que vou ser morrente. Mar-amor, mar-amar, mar-morrente”. Há um desejo de ter um futuro mais calmo, e um questionamento se seria tal ideia-imagem-desejo apenas “um castelo de areia, que sustenta a vida presente, pela imaginação de um dia ser navegante. Quero fazer uma viagem profunda, pro fundo do mar-amor”. (EVARISTO, 2016, p.107).

Não obstante, entre muitos detalhes dos personagens e narrativas expostas no conto, identificamos que há uma força processual da contingência dos personagens como modo de descentramento da identidade dos sujeitos de maneira a evidenciar a economia pulsional. Eles se constituem a partir de uma leitura da iminência de um estado de guerra deslocada de uma figuração bélica ou concorrencial-individualista produzida pelo “soberano”. Tal deslocamento ocorre pois não há fantasias de construir uma defesa desta violência estatal, vista na sua integralidade, como concorrência com outros grupos, nos quais há disputa por poder e, por isso, assume-se o risco como ação política:

⁹ O conto tem uma dimensão de exposição de fragmentos de cenas cuja centralidade da precariedade, violência e morte não se reduz à dor, mas também é associada às formas de lidar com o sofrimento dos personagens inseridos em uma local periférico, ou seja, pela produção da subjetividade. Essa subjetividade está na afirmação da vulnerabilidade dos sujeitos, pois há um poder criativo na inauguração de palavras, vínculos, pactos de vida, apesar da violência. Percebe-se ainda que os personagens estão inseridos na viabilização de uma luta social coletiva, pela afirmação do pacto pela vida, o modo de compreensão como os corpos se unem politicamente, implicando a exposição da agência da escrevivência.

Penso no risco que estou correndo. Risco não, tudo já é certo. A solução está definida. O destino traçado. Não há recuo. Não estou aflito. Não estou desesperado. Não estou calmo. Não estou inocente ou culpado. Apenas estou sabendo que daqui a pouco, questão de um dia e meio, não estarei mais. Nem eu, nem ele. Acabo com ele, mas isto não resolve (EVARISTO, 2016, p. 106).

Em que pese a frase inicial ser a insegurança situacional, há uma inauguração de outra temporalidade, desprovida de expectativas e de um tempo linear. Percebe-se a presença real das personagens por meio da indeterminação, da ambiguidade, ou seja, da humanização de corpos negros, lidos como despersonalizados pelo racismo das lentes coloniais. É sobre esses movimentos narrativos complexos e sobre a experiência da vida que marcam a excepcionalidade da produção literária de Evaristo.

Como podemos pensar a literatura e a decolonialidade no direito?

Com a apresentação dos contos e as relações com as epistemologias descoloniais, bem como nossa posição dentro do campo jurídico, dedicamos esse tópico para ampliarmos a reflexão sobre as categorias jurídicas que aparecem nos contos, como o direito à vida digna situado em contexto de uma política cotidiana de morte, medo e insegurança nas cidades.

Essa insegurança se efetiva especialmente em espaços periféricos, nos quais atinge, de forma não aleatória, a população negra. Nos contos acima, é apresentada a relação com a permanência de uma estética da existência da vontade de viver, de lutar por uma vida digna contra as expressões de discriminações, violações sistemáticas derivada do racismo estrutural em nosso país.

Podemos perceber que os contos não se resumem a uma única caixa da literatura, sociais ou jurídicas e, portanto, sair dos enquadramentos fechados sobre gêneros é justamente potencializar narrativas de luta contra injustiças. Podemos ver, atualmente, de modo ilustrativo, que a expressão derivada do conto “A gente combinamos de não morrer” é usada por diversos coletivos políticos negros na luta social pela afirmação de sua sobrevivência e pacto de continuar vivendo, mesmo diante de uma racionalidade política de negação destas identidades, de sua vida, personalidade, conhecido como necropolítica, já descrito em tópico anterior.

Outros acabarão comigo. Nosso trato de vida virou às avessas. Morremos nós, apesar de que a gente combinamos de não morrer. A morte às vezes tem um gosto de gozo? Ou o gozo tem um gosto de morte? (EVARISTO, 2016, p. 106).

Neste trecho, podemos observar que a relação entre vida e morte é uma fronteira cotidiana experienciada por muitos corpos negros. Contudo, a desestabilização entre as potências de criação, gozo, morte pode ser correlacionada às maneiras de resistir e transformar o mundo cultural como rasgo, constituído como o diferencial em reação ao predomínio do mental sobre o corpo da racionalidade moderna, desdobrando na negativa

de submissão e exclusão (FLORES, 2005, p. 64). Ao nos posicionarmos de modo a contribuir com uma análise sobre as perspectivas críticas dos direitos humanos por meio do diálogo entre a linguagem acadêmica e a literatura, não podemos entender os direitos sem vê-los como:

Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio das práticas sociais de ONGs, de Associações, de Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos, de Iniciativas Cidadãs e de reivindicações de grupos, minoritários (indígenas) ou não (mulheres), que de um modo ou de outro restaram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e de reconhecimento institucional de suas expectativas. Contextualizar os direitos como práticas sociais concretas nos permite ir contra a homogeneização, a invisibilização, a centralização e a hierarquização das práticas institucionais tradicionais. (FLORES, 2009, p. 77).

A exigência de luta por condições emancipatórias, e de permanecer vivo, lutando por dignidade, se efetiva a partir da identificação das situações de opressão e marginalização em que nos encontramos; e tem um diálogo, como demonstramos com a obra de Conceição Evaristo, a qual aponta para discussões sociais, debatendo o cotidiano da desigualdade econômica e de gênero e traz à tona a realidade do país.

Como a realidade é mutável e nenhum fato sociopolítico encontra-se encerrado em si mesmo sem a possibilidade de mudança, é a partir da arte que tudo é suscetível de ser refundado (FLORES, 2007, p. 63). Compreendemos que um dos nossos maiores exercícios de liberdade é a possibilidade de permanência da fluidez da nossa imaginação: criar outros mundos possíveis. A luta social e a construção de outros mundos são marcadas pela construção de um saber e de um direito insubmisso, o qual se torna urgente, e nos alinhamos ao conjunto de análise da professora Thula Pires, de que precisamos *amefricanizar* os direitos humanos, ou seja, refunda-los com base nas propostas epistemológicas de Lélia Gonzalez, na recentralização da práxis negra e nas cosmologias em Abya Yala¹⁰. Partimos dessa afirmação para a descolonização dos saberes jurídicos, percebendo a luta por dignidade a partir da literatura de Conceição Evaristo.

Nesse sentido, verifica-se que os usos do direito à vida e a dignidade inscritos na gramática dos direitos humanos, que historicamente são fundados no mito da universalidade e neutralidade cooptados pelos “representantes da zona do ser”, são produzidos e legitimados por processos de violência e subalternização de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos.

Pensar, portanto, no Direito a partir de bases epistemológicas fronteiriças torna-se urgente, pois não cabe se inscrever no direito que está posto, “mas produzir o direito, o

¹⁰ Abya Yala é a encruza que reflete potencialidades dos saberes, linguagem, comunicação e criação fronteiriços. Significa resgatar a América a partir da decolonização de semânticas, saberes e organizações coloniais. Comumente, é utilizado para autodesignar os povos originários do continente americano em contraposição à América instituída pela colonialidade. Dessa forma, o que se propõe é pensar a partir das cosmovisões afro-indígenas para decolonizar as estruturas coloniais que estigmatizam, excluem, exterminam e silenciam determinados corpos.

Estado e a política a partir do nosso lugar e nos nossos termos” (PIRES, 2018, p. 73). Logo, parte-se do reconhecimento dos limites e contradições inscritos na ciência do direito sob o manto de proteção de direitos da vida, liberdade, igualdade e dignidade que legitimam as experiências violentas em face dos grupos da zona do não-ser. Assim, os debates e as leituras apresentadas neste artigo permitem repensar toda uma epistemologia jurídica para refundá-la desde e pela “zona do não ser e na convivência intercultural para a construção de uma realidade livre e concretamente democrática” (PIRES, 2018, p. 74), ou seja, mobilizar o “direito contra o direito” (PIRES, 2018, p. 67).

Com isso inscrito em nossos corpos, podemos caminhar em direção a um Direito, cuja instrumentalidade se movimenta de modo a contribuir para a emancipação das condições de subalternização, pois está acoplado e é indissociável aos processos das lutas sociais (GALLARDO, 2019). Essas lutas antidiscriminatórias são vividas cotidianamente, seja por movimentos sociais, advogadas, professoras, poetisas, escritoras, e coletivos organizados nas trincheiras, compostas por Marias, Natalinas, Anas, e por todas nós mulheres.

Apontamentos finais

Os personagens “escrevidos” por Conceição Evaristo no livro *Olhos d'Água* são imaginados dentro de um espaço de luta, resistência e existência, cuja literatura torna-se o grito diante dos processos estruturais de violências e silenciamento. As formas pelas quais tais personagens enfrentam suas realidades expõem o poder criativo da fronteira diante das correntes formadas pelo racismo, pela colonialidade e pelas desigualdades presentes na sociedade.

Essa explosão criativa trazida pela obra de Conceição Evaristo e pelas discussões das leituras apresenta críticas à reprodução social e ao sistema moderno/colonial a que são inscritos os corpos diaspóricos e fronteiriços. A partir da visibilização dessa estrutura desigual e marcadamente racializada, torna-se primordial desestabilizar a forma pela qual se lê a mulher no contexto latino-americano.

Para Conceição Evaristo, escrever é uma forma de sangrar, mas também de imaginar vidas entrelaçadas e costuradas nas quais não podem ser pensadas sem seus corpos. Entre lágrimas e dores e de imaginação contra o poder hegemônico, de acordo com Conceição Evaristo, há em seus escritos uma possibilidade de deslocamento da dor para atravessar e encontrar a vida, pois “enquanto um olho chora, desvia o tempo pensando, o outro procura uma solução”¹¹.

Os direitos humanos vistos com uma perspectiva que integra arte, cultura e movimentos sociais no processo de desmantelamento das amarras epistemológicas e dogmáticas do mundo jurídico possibilita a abertura de espaço para que a literatura seja mobilizada como ferramenta de escrituras ao desempenhar um papel importante na

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EllUCv19rw8&t=1s>. Acesso em: 10/02/2021.

compreensão da realidade a partir da transformação do Direito por meio da função crítica e política que a literatura desempenha.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AGUILAR, Andrearia F.; MIGUEL, Fernanda V. C. “Gêneros, Violências e Resistências: Uma Leitura de Ana Davenga”. **Revista Literária em Debate**, v. 12, nº 23, p. 15-25, 2018.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. “Decolonialidade e perspectiva negra”. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, nº1, p. 15-24, 2016.
- BORGES, Rosane. “Escrevivência em Conceição: armazenamento e circulação dos saberes silenciados”. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosaldo (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro, Mina Comunicação e Arte, 2020.
- CAMPELLO, Eliane. **Maternidade e Violência em “Quantos Filhos Natalina Teve?”, de Conceição Evaristo**. Trabalho apresentado na XV ABRALIC, Rio de Janeiro: 2017.
- CAPRARA, Larissa; APOLINARIO, Danielle. “A Trajetória de (Sobre)Vivência da Personagem Natalina no conto ‘Quantos Filhos Natalina Teve?’, do Livro Olhos D’Água de Conceição Evaristo”. **Revista de Estudos Literários da UEMS**, Mato Grosso do Sul, 2020.
- CASTRO, Mary. “Família, modos de usar e abusar. Maternidade e Deslocamentos ou Ensaio Indisciplinas”. *In*: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., e MOUTINHO, L. (Orgs), **Enlaçando Sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero**, Salvador: EDUFBA, p. 41-65, 2016.
- CASTRO, Mary Garcia. “Gênero e etnicidade: conhecimentos de urgência em tempos de barbárie”. **Revista Odeere**, USEB, v. 3, n. 6, p. 80-101, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, Conceição. “A escrevivência e seus subtextos”. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosaldo (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro, Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FLORES, Joaquín Herrera. **A (Re)invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- GALLARDO, Helio. **Direitos Humanos como Movimento Social: para uma compreensão popular da luta por direitos humanos**. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito-UFRJ, 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. **Hacia un pluriversalismo transmoderno decolonial**. Tabula Rasa, n. 9, p. 199-215, 2008.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, Luiz Antônio Machado *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: Anpocs, p. 223-44, 1983 (Ciências Sociais Hoje, 2.).

LEAL, Tacel Coutinho “A Violência Contra a Mulher e suas Diferentes Dimensões: do ataque à reação”. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

LUGONES, Maria. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e Gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 52-83.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n°1, 2018.

RUFINO, Luiz. “Performances afro-diaspóricas e decolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e duas encruzilhadas”. **Antropolítica**, n. 40, Niterói, p. 54-80, 2016.

PIRES, Thula. “Racializando o debate sobre direitos humanos: limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil”. **Sur** 28, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 28/08/2021

Aprovado em: 25/01/2022